

Conhecimentos Gerais

01- Em 11 de fevereiro de 1998, o Poder Executivo enviou ao Congresso Nacional a Mensagem 180/98, relativa ao projeto de lei que "Institui o Plano Nacional de Educação". São objetivos do PNE, exceto:

- a) A democratização da gestão do ensino público.
- b) A elevação global do nível de escolaridade da população.
- c) A melhoria da qualidade do ensino com foco exclusivo na educação básica.
- d) A redução das desigualdades sociais e regionais no tocante ao acesso e à permanência, com sucesso, na educação pública.

02- De acordo com o disposto na lei Nº 11.494, de 20 de junho de 2007 que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – mais conhecido como FUNDEB, à natureza do FUNDEB é:

- a) Legislativa.
- b) Contábil.
- c) Executiva.
- d) Judiciária.

03- A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN estabelece as diretrizes e bases para a educação no Brasil, em seu artigo oitavo ela dispõe sobre a organização da educação nacional, distribuída entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios que organizarão, em regime de colaboração, os respectivos sistemas de ensino. Assinale a alternativa que não corresponde a uma competência dos Municípios:

- a) Organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino, integrando-os às políticas e planos educacionais da União e dos Estados.
- b) Oferecer à educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o ensino fundamental, permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino.
- c) Assegurar o ensino fundamental e oferecer, com prioridade, o ensino médio.
- d) Autorizar, credenciar e supervisionar os estabelecimentos do seu sistema de ensino.

04- Em janeiro de 2008, a nova “Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva” da SEESP/MEC é publicada, passando a orientar os sistemas educacionais para a organização dos serviços e recursos da Educação Especial de forma complementar ao ensino regular, como oferta obrigatória e de responsabilidade dos sistemas de ensino. Essa Política resgata o sentido da Educação Especial expresso na Constituição Federal de 1988, que interpreta esta modalidade não substitutiva da escolarização comum e define a oferta do atendimento educacional especializado – AEE em todas as etapas, níveis e modalidades, preferencialmente no atendimento à rede pública de ensino. Dado o caráter complementar dessa modalidade e sua transversalidade em todas as etapas, níveis e modalidades, a Política visa atender alunos com:

- a) Apenas deficiência, altas habilidades/superlotação.
- b) Apenas transtornos globais do desenvolvimento e deficiência.
- c) Apenas altas habilidades/superdotação.
- d) Deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

05- Assinale a alternativa que mais se assemelha a concepção pedagógica de Paulo Freire:

- a) A educação para o autor tem dois aspectos considerados essenciais: o desenvolvimento das potencialidades naturais da criança e seu afastamento dos males sociais. De acordo com ele a sensibilidade do jovem deveria ser educada.
- b) O bom professor precisa seguir cinco passos formais para alcançar êxito na aprendizagem escolar de seus alunos: a preparação, a apresentação do novo argumento, a associação, a integração sistêmica e o método ou aplicação.
- c) A escola apresenta conhecimentos interessados e desinteressados que estariam em busca da libertação do homem a partir da visão da classe dominada. Assim, compreende as relações educacionais na escola, como um dos instrumentos de opressão.
- d) Os métodos deveriam, assim, explorar a curiosidade, as dúvidas e incertezas, a continuidade das ideias, a investigação, a observação e a experimentação. O ensinar e o aprender são para o autor “atos correlativos”, afinal “não se pode dizer que se ensinou, se ninguém aprendeu”.

06- A ANA, um dos instrumentos do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), avalia os níveis de alfabetização e letramento em língua portuguesa, a alfabetização em matemática e as condições de oferta do ciclo de alfabetização das redes públicas. Estudantes do ensino fundamental que passam por essa avaliação:

- a) Alunos do 2º ano do fundamental.
- b) Alunos do 3º ano do fundamental.
- c) Alunos do 4º ano do fundamental.
- d) Alunos do 5º ano do fundamental.

07- A Prova Brasil e o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb) são avaliações para diagnóstico, em larga escala, desenvolvidas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep/MEC). A prova Brasil tem como objetivo:

- a) Avaliar a prática docente em sala de aula.
- b) Avaliar a qualidade da instituição educacional do sistema regular de ensino.
- c) Avaliar a administração pedagógica da escola e o rendimento dos professores da rede nacional de ensino.
- d) Avaliar a qualidade do ensino oferecido pelo sistema educacional brasileiro a partir de testes padronizados e questionários socioeconômicos.

08- De acordo com o decreto 7.352/2010 caberá à União criar e implementar mecanismos que garantam a manutenção e o desenvolvimento da educação do campo nas políticas públicas educacionais, com o objetivo de superar as defasagens históricas de acesso à educação escolar pelas populações do campo, visando, exceto:

- a) A organização do calendário escolar de acordo com as fases do ciclo produtivo e as condições climáticas de cada região.
- b) Fomentar educação básica na modalidade educação de jovens e adultos, integrando qualificação social e profissional ao ensino fundamental.
- c) Garantir o fornecimento de energia elétrica, água potável e saneamento básico, bem como outras condições necessárias ao funcionamento das escolas do campo.
- d) Contribuir para a inclusão digital por meio da ampliação do acesso a computadores, à conexão à rede mundial de computadores e a outras tecnologias digitais, beneficiando a comunidade escolar e a população próxima às escolas do campo.

09- A Lei nº 11.645/2008 altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática:

- a) História e Cultura Euro-Brasileira e Indígena.
- b) História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena.
- c) Arte e Cultura Afro-Brasileira e Indígena.
- d) História da Arte Euro-Brasileira e Indígena.

10- Os Parâmetros Curriculares Nacionais trazem orientações para o ensino das disciplinas que formam a Base Curricular Nacional e propõem, exceto:

- a) A organização da escolaridade em ciclos.
- b) A obrigatoriedade de cumprir com os conteúdos abordados.
- c) Um compromisso com o fortalecimento da cidadania.
- d) A abordagem de temas transversais para todas as disciplinas.

Conhecimentos Específicos

11- Gestão democrática, gestão compartilhada e gestão participativa são termos que, embora não se restrinjam ao campo educacional, fazem parte da luta de educadores e movimentos sociais organizados em defesa de um projeto de educação pública de qualidade social e democrática. Apesar de as lutas em prol da democratização da educação pública e de qualidade fazerem parte das reivindicações de diversos segmentos da sociedade há algumas décadas, essas se intensificaram a partir da década de 1980, resultando na aprovação do princípio de gestão democrática na educação, na Constituição Federal art. 206. A Constituição Federal/88 estabeleceu princípios para a educação brasileira, dentre eles: obrigatoriedade, gratuidade, liberdade, igualdade e gestão democrática, sendo esses regulamentados através de leis complementares. Assinale nas alternativas abaixo quais os sujeitos que representam dentro da escola os diversos segmentos da sociedade, e que devem participar das decisões administrativas da instituição, na busca de uma efetiva gestão participativa na escola.

- a) Diretores, pedagogos, orientadores e professores.
- b) Pais, Diretores, inspetores educacionais, secretária da educação e poder público.
- c) Poder público, diretores, professores e alunos.
- d) Pais, professores, estudantes e funcionários.

12- No artigo 1º da Lei nº 9.394/1996 “A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. § 1º Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias. § 2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social”. “Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Dos princípios listados abaixo, marque o que não está de acordo com as exigências para que seja ministrado o Ensino Nacional.

- a) Gratuidade parcial do ensino público em estabelecimentos oficiais.
- b) Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.
- c) Vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.
- d) Consideração com a diversidade étnico-racial.

13- A construção de uma escola pública democrática, plural e com qualidade social demanda a consolidação e o inter-relacionamento dos diferentes órgãos colegiados. O Conselho Escolar (também conhecido como Colegiado Escolar) tem papel decisivo na democratização da educação e da escola. Ele é um importante espaço no processo de democratização, na medida em que reúne diretores, professores, funcionários, estudantes, pais e outros representantes da comunidade para discutir, definir e acompanhar o desenvolvimento do projeto político-pedagógico da escola, que deve ser visto, debatido e analisado dentro do contexto nacional e internacional em que vivemos. Trata das atribuições do Conselho Escolar:

- a) Deliberar sobre questões político-pedagógicas, administrativas, financeiras, no âmbito do Município.
- b) Deliberar sobre questões político-pedagógicas, administrativas, financeiras, no âmbito da escola.
- c) Deliberar somente sobre questões político-pedagógicas, no âmbito da escola.
- d) Deliberar sobre questões administrativas, financeiras, no âmbito da escola.

14- Nos artigos 13 e 14, a LDB diz que a elaboração da proposta pedagógica contará com a participação dos profissionais da Educação, que deverão ainda definir e cumprir plano de trabalho para concretizá-la. Com tais dispositivos, a lei quis dar realce ao papel da escola e dos educadores na construção de projetos educacionais articulados com as políticas nacionais, as diretrizes dos Estados e municípios e capazes, ao mesmo tempo, de levar em consideração a realidade específica de cada instituição de ensino. Assim, cada proposta ou projeto pedagógico retrata a identidade da escola. É um amplo trabalho de construção, que exige competência técnico-pedagógica e clareza quanto ao compromisso ético-profissional de educar o cidadão deste novo tempo. Em outras palavras, o projeto pedagógico é a própria escola cidadã. A partir da leitura deste texto, como é correto considerar o Projeto Político Pedagógico?

- a) Como um documento importante, mas que não tem influência no cotidiano escolar e nas decisões tomadas por seus gestores.
- b) Como um documento criado por um especialista apenas para atender as exigências da legislação educacional.
- c) Como um eixo norteador de todo o trabalho escolar.
- d) Não é correto considerar a importância do ppp na tomada de decisões sobre a construção pedagógica da escola e sua administração.

15- Uma das teorias mais importantes na educação, a Teoria Construtivista, surgiu no século XX, a partir das experiências do biólogo, filósofo e epistemólogo suíço Jean Piaget (1896-1980), o qual observando crianças desde o nascimento até a adolescência - como um recém-nascido passava do estado de não reconhecimento de sua individualidade frente ao mundo que o cerca indo até a idade de adolescentes, onde já tem o início de operações de raciocínio mais complexas - percebeu que o conhecimento se constrói na interação do sujeito com o meio em que ele vive. Piaget, quando postula sua teoria sobre o desenvolvimento da criança, descreve-a, basicamente, em quatro estágios, que ele próprio chama de fases de transição (Piaget, 1975): Sensório-motor; Pré-operatório; Operatório-concreto; Operatório Lógico-Formal. O aluno ao longo do seu período no ensino fundamental passa por três estágios de desenvolvimento descritos por Piaget, assinale abaixo quais são estes estágios.

- a) Sensório-motor; Operatório-concreto; Operatório Lógico-Formal.
- b) Pré-operatório; Operatório-concreto; Sensório-motor.
- c) Sensório-motor; Pré-operatório; Operatório Lógico-Formal.
- d) Pré-operatório; Operatório-concreto; Operatório Lógico-Formal.

16- A introdução de brinquedos e brincadeiras na educação infantil implica definir o que se pensa da criança. Quem é ela? Brinca? O brincar é importante? A criança, mesmo pequena, sabe muitas coisas: toma decisões, escolhe o que quer fazer, interage com pessoas, expressa o que sabe fazer e mostra, em seus gestos, em um olhar, uma palavra, como é capaz de compreender o mundo. Entre as coisas de que a criança gosta está o brincar, que é um dos seus direitos. O brincar é uma ação livre, que surge a qualquer hora, iniciada e conduzida pela criança; dá prazer, não exige como condição um produto final; relaxa, envolve, ensina regras, linguagens, desenvolve habilidades e introduz a criança no mundo imaginário. Ao brincar, a criança experimenta o poder de explorar o mundo dos objetos, das pessoas, da natureza e da cultura, para compreendê-lo e expressá-lo por meio de variadas linguagens. Mas é no plano da imaginação que o brincar se destaca pela mobilização dos significados. Enfim, sua importância se relaciona com a cultura da infância, que coloca a brincadeira como ferramenta para a criança se expressar, aprender e se desenvolver. De acordo com a Resolução n.º 5/2009 que fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, assinale quais são os dois eixos norteadores apontados em seu Art. 9º que buscam garantir, que os alunos obtenham experiências favoráveis ao seu desenvolvimento durante o processo formativo na educação infantil.

- a) As interações e a brincadeira.
- b) Os jogos e brincadeiras.
- c) A literatura infantil e jogos.
- d) Infância e brincadeiras.

17- Maria Montessori nasceu na Itália em 1870, na cidade de Chiaravalle. Foi uma pedagoga que renovou o ensino, desenvolvendo um peculiar método que ficou mundialmente conhecido como método Montessori. Este método foi aplicado, inicialmente, nas escolas primárias italianas e depois ganhou o mundo. O método Montessori, dirigido especialmente às crianças do período pré-escolar, é baseado no estímulo da iniciativa e capacidade de resposta da criança, através do uso de material didático adequado a faixa etária da criança. O método propõe uma enorme diversificação das tarefas e a máxima liberdade possível, de tal maneira que a criança aprenda por si mesmo e seguindo o ritmo de suas próprias descobertas. Considerando o método Montessori, aponte a alternativa em que consiste na visão de Maria Montessori sobre o desenvolvimento da criança.

- a) Montessori desestimula o acesso da criança a um número diversificado de brinquedos.
- b) Montessori é contrária que a criança explore o mundo a sua volta.
- c) Montessori concebe a educação como um processo de influência do professor sobre o aluno, onde a intervenção contínua do professor é necessária para que a criança aprenda.
- d) O princípio dominante do método Montessori é o de deixar fazer, de observar e auxiliar se necessário, de acreditar no imenso valor de uma atividade livre desenvolvida visando finalidades concretas adotadas pela criança.

18- A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica. A Base estabelece conhecimentos, competências e habilidades que se espera que todos os estudantes desenvolvam ao longo da escolaridade básica. Orientada pelos princípios éticos, políticos e estéticos traçados pelas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, a Base soma-se aos propósitos que direcionam a educação brasileira para a formação humana integral e para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva. Marque a alternativa que se enquadra no conceito de competência em relação à BNCC.

- a) Na BNCC, competência é definida como utilização de diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.
- b) Na BNCC, competência é definida como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho.
- c) Na BNCC, competência é definida como agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.
- d) Na BNCC, competência é definida como exercício da empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.

19- O entendimento do conceito de gestão já pressupõe, em si, a ideia de participação, isto é, do trabalho associado de pessoas analisando situações, decidindo sobre seu encaminhamento e agindo sobre elas em conjunto. Isso porque o êxito de uma organização depende da ação construtiva conjunta de seus componentes, pelo trabalho associado, mediante reciprocidade que cria um “todo” orientado por uma vontade coletiva. Sabendo disso, a gestão participativa se caracteriza por:

- a) Uma força de atuação consciente, pela qual os membros da escola conhecem e assumem seu poder de influenciar na determinação da dinâmica da unidade escolar, de sua cultura e de seus resultados.
- b) Uma força de atuação determinada, pela qual os membros da escola reconhecem e assumem seu poder de conhecer a determinação na dinâmica dessa unidade escola, de sua cultura e de seus resultados.
- c) Uma força de atuação consciente, pela qual os membros da escola reconhecem e assumem seu poder de influenciar na determinação da dinâmica dessa unidade escola, de sua cultura e de seus resultados.
- d) Uma força de atuação determinada, pela qual os membros da escola conhecem e assumem seu poder de influenciar na força da dinâmica dessa unidade escola, de sua cultura e de seus resultados.

20- O ato de brincar na educação infantil é de suma importância para o desenvolvimento da criança e a aprendizagem. Nos encontros sobre educação são discutidas atividades pra serem trabalhadas com as crianças para o desenvolvimento da identidade e da autonomia. A criança na brincadeira desenvolve algumas capacidades importantes, que são principalmente:

- a) A atenção, a memória, a imaginação e a imitação.
- b) A atenção, a criação, a imaginação e a imitação.
- c) A atenção, a memória, a capacidade e a imitação.
- d) A coragem, a memória, a imaginação e a imitação.